

“Tamo junto?” Parlamentares e mídias sociais: uma tipologia dos padrões de atuação de deputados federais no facebook

“Are we together?” Parliamentarians and social media: a typology of the performance of the Federal Congressmen on Facebook

“Estamos juntos?” Parlamentarios y medios sociales: una tipología de los estándares de desempeño de diputados federales en el Facebook



Helga do Nascimento de Almeida

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia, Brasil
helgaalmeida@gmail.com



Marcus Abílio Gomes Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
marcusabilio@fafich.ufmg.br



Maria Alice Silveira Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
m.alicesilveira@gmail.com



Thales Torres Quintão

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
thalestq@hotmail.com

Resumo: O presente artigo busca desenvolver uma tipologia sobre a apropriação que os deputados fazem do Facebook e o tipo de inter-rela-

ção desenvolvida com os cidadãos, aqui denominada de ciber-base. Para isso, foram construídos dois índices: o Índice de Ativação Parlamentar e o Índice de Ativação da Ciber-Base, elaborados por meio da análise das postagens e dos comentários recebidos nas páginas de Facebook de 20 deputados federais, em um intervalo de uma semana. Observa-se a existência de quatro tipos de padrões de relacionamento dos parlamentares com a ciber-base nessa mídia social: 1) páginas de alto desempenho político; 2) páginas de médio desempenho político — em que só o parlamentar ativa; 3) páginas de médio desempenho político — em que só a ciber-base ativa e 4) páginas de baixo desempenho político. Este estudo contribui para entendermos melhor como se dá o processo de interconexão entre representantes e representados mediada pelo Facebook.

Palavras-Chave: Representação política. Internet. Facebook. Deputados. Padrões de atuação.

Abstract: This article aims to develop a typology about the appropriation that federal congressmen make on Facebook, and the kind of interrelation they have developed with citizens, which we label as the cyber base. Two indexes were constructed: the Parliamentary Activation Index and the Cyber-Base Activation Index. They were elaborated by analysing the posts and comments received by 20 Federal congressmen on their Facebook during one week. The main conclusion is that there are four types of patterns about the parliamentarians' relationship with the cyber base in this social media: 1) pages with high political performance; 2) pages with medium political performance in which only the parliamentarian activates it; 3) pages with medium political performance in which only the cyber base activates it and 4) pages with low political performance. This study contributes to the understanding of how the process of interconnection between representatives and represented mediated by Facebook, takes place.

Keywords: Political representation. Internet. Facebook. Congressmen. Performance standards.

Resumen: El presente artículo desarrolla una tipología sobre la apropiación que los diputados hacen de Facebook, y el tipo de interrelación con los ciudadanos, denominada de ciber-base. Se construyeron dos índices: el Índice de Activación Parlamentaria y el Índice de Activación de la Cyber-Base. Ellos fueron elaborados a través del análisis de mensajes y comentarios recibidos en las páginas de Facebook de veinte diputados federales, en un intervalo de una semana. Se observa la existencia de cuatro tipos de patrones de relación de los parlamentarios con la cyber-base en esos medios sociales: 1) páginas de alto desempeño político; 2) páginas de medio desempeño político en que sólo el parlamentario activa; 3) páginas de medio desempeño político en que sólo la ciber-base activa; y 4) páginas de bajo desempeño político. Este estudio contribuye para entender más cómo se procesa la interconexión entre representantes y representados mediados por Facebook.

Palabras clave: Representación política. Internet. Facebook. Parlamentarios. Patrones de actuación.

Data de recebimento: 14/06/2019

Data de aceite: 31/10/2019

Introdução

Na sociedade contemporânea, marcada por uso intenso de tecnologias digitais de informação e comunicação na vida social, econômica e política, tornou-se fundamental que as elites políticas estejam atentas às novas configurações comunicacionais, usando-as tanto no sentido de informar cidadãos, quanto de absorver demandas e alinhar expectativas.

Parte da literatura que estuda os impactos da comunicação na política reconhece que as mídias tradicionais são limitadas por não serem capazes de propiciar espaços de diálogos entre cidadãos e representantes (STROMER GALLEY, 2013). Com o surgimento da internet e das novas tecnologias, passamos a ter múltiplas oportunidades de diálogos e trocas entre atores políticos e cidadãos (BENTIVEGNA, 2012). De fato, a internet tem gerado “múltiplas oportunidades de informação política e comunicação” (NORRIS, 2001, p. 109, tradução nossa). Leston-Bandeira (2007) aponta que a questão “se parlamentares estariam, de fato, utilizando a Internet para se comunicar” foi superada. Para a estudiosa, devemos focar um segundo conjunto de questões: *Como o parlamento tem se apropriado da Internet? Qual o impacto que tem gerado na atividade legislativa?*

Dentro desse contexto, este texto tem como objetivo propor uma *tipologia dos padrões de atuação de parlamentares brasileiros e o uso que fazem da mídia social Facebook*. A partir das análises de páginas de parlamentares, identificamos tipos quanto ao seu nível de atividade, com base nas diferentes relações estabelecidas entre o parlamentar e a sua ciber-base. Por ciber-base entendemos o grupo de apoio de um parlamentar em uma mídia social, que é maior do que sua base eleitoral (ALMEIDA, 2017). Esse conceito será mais bem aprofundado em outra seção do artigo.

Dessa forma, nosso objetivo central é elaborar, propor e testar uma tipologia que busque identificar diferentes padrões de

atuação de uso de parlamentares em suas respectivas páginas no Facebook. Como objetivos específicos, buscamos: 1) mapear a quantidade e tipos das postagens nas páginas; 2) identificar se há *feedback* dos deputados com relação à sua ciber-base; 3) identificar como a ciber-base atua na página do deputado. O artigo encontra-se dividido em mais três partes para além desta introdução. A primeira seção procura discutir como as mídias sociais podem aperfeiçoar e desenvolver novas formas de mediação no que diz respeito à representação política. A segunda envolve a discussão metodológica e o processo de construção dos dois índices aqui trabalhados: o “Índice de Ativação Parlamentar” e o “Índice de Ativação da Ciber-base”. Posteriormente, é feita a análise dos resultados e a explicação da tipologia referida. Por fim, seguem as considerações finais deste trabalho, apresentando, também, novas agendas de pesquisas.

Representação e Mídias Sociais

Nos últimos anos, as mídias sociais têm sido constantemente identificadas pelos legisladores como um espaço que pode promover o envolvimento do público (*public engagement*). Em um contexto onde os níveis de confiança política estão cada vez menores nos parlamentos (LESTON-BANDEIRA, 2016), a internet e, especialmente, as mídias sociais, vêm sendo identificadas como meio crucial para enfrentar os desafios que surgem nas democracias representativas contemporâneas.

Assim, nota-se o desenvolvimento de mecanismos de participação política e deliberação pública, de *accountability* e *responsiveness* decorrentes da utilização de ferramentas digitais. Como resultado, temos a promoção e construção de novas formas de interação entre representantes e representados, por meio de novos canais de interlocução que podem diminuir a assimetria informacional e enriquecer o repertório de informações sobre

os interesses dos cidadãos (PEREIRA, 2011). No Brasil, iniciativas como e-Democracia, por exemplo, têm sido criadas com o intuito de democratizar o acesso à informação e estimular a participação política dos cidadãos perante as instituições políticas (FREITAS, 2016).

Especificamente, quando se pensa o relacionamento entre parlamentares e cidadãos, essas mídias vêm sendo apontadas como potenciais oportunidades para a criação de novas relações entre representantes e representados, não só criando canais diretos de comunicação entre eles, como também reforçando as relações já existentes (ALMEIDA, 2017).

Dessa forma, entende-se que o uso dessas mídias pode fortalecer o relacionamento entre os cidadãos e os parlamentares ao propiciar a disseminação de informações; criar possibilidades comunicativas, seja de forma bilateral ou multilateral; e incrementar os processos internos de gestão da informação (LESTON-BANDEIRA, 2007). Os usos da internet e das mídias sociais podem propiciar, também, uma maior transparência e justificação pública das ações e decisões políticas, com maior ganho informacional de maneira mais ágil e eficaz, além de estreitar os laços dos representantes com os cidadãos (COLEMAN, 2005; GRIFFITH, LESTON-BANDEIRA, 2012). No caso específico brasileiro, já existe uma série de estudos que têm tentado entender como os parlamentares têm se apropriado dessas tecnologias em seus mandatos. Estudos recentes, como de Almeida (2017); Pereira, Santos e Almeida (2018) e Pereira e Sátyro (2016), buscam entender não só se deputados utilizam ou não essas plataformas, mas como têm se dado esses usos, levando em conta as especificidades, potencialidades e desafios desse fenômeno. Também Braga, Carlomagno, Rodrigues (2014) salientaram que as tecnologias aumentam, sim, a qualidade do trabalho parlamentar.

Pelo formato e dinâmica, a internet e as mídias sociais possuem a capacidade de remodelar a forma da participação política, ao permitir um espaço contínuo para que a representação seja reafirmada e reivindicada entre o parlamentar e os constituintes,

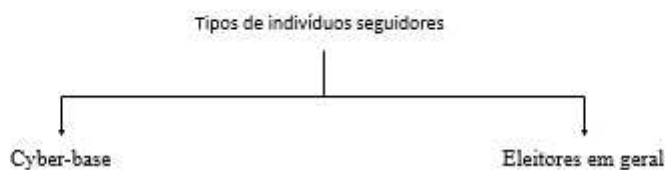
e entre os próprios constituintes. Por meio desses espaços e plataformas digitais, a relação entre esses atores pode se dar simultaneamente de forma sincrônica e assincrônica e, ainda, favorecer as dificuldades de lidar com a escala para além do âmbito local (*scaling up*) e a distância física entre eles. Todos esses fatores potencializam as oportunidades de envolvimento político por parte dos cidadãos, reduzindo os custos de se engajar politicamente.

Além disso, a internet permite uma interconexão entre esses atores — representantes e representados, sendo essa interconexão não restrita àqueles que estão presentes em localidades físicas próximas. Nessa representação, tem maior importância o “tornar presente as perspectivas sociais dos cidadãos”, como indica Young (2006) por meio de um processo sistêmico interativo e dialógico, o que facilitaria o aparecimento de temas que fomentem a opinião pública.

Em trabalho recente, Almeida (2017) aponta que os indivíduos que seguem os parlamentares podem ser divididos em dois grupos salientes:

Figura 01 - Tipo de seguidores nas páginas de parlamentares

Diagrama de indivíduos seguidores do Facebook de parlamentares



Fonte: Almeida (2017, p. 170)

Almeida (2017) identifica que, nas mídias sociais, especificamente o Facebook, há um grupo maior de seguidores do que se nomeia como base do parlamentar. Esse grupo é denominado pela autora como ciber-base. A ciber-base seria, portanto, um gru-

po de seguidores de um determinado parlamentar para além da sua base eleitoral. Ou seja, pessoas que concordam programaticamente com aquele parlamentar, mas que não necessariamente votam nele, ou porque têm outras(os) candidatas(os) ou porque simplesmente não têm títulos eleitorais registrados em colégio eleitoral que possibilita o voto nessas figuras (ALMEIDA, 2017, p. 170).

A ciber-base assume, dessa forma, um papel importante dentro das páginas dos parlamentares, já que, mesmo diante de um cenário da existência do ator parlamentar como um *policy seeking*, em determinado momento, este terá que enfrentar a corrida político-eleitoral e pensar de forma pragmática em sua carreira, tornando-se *office-seeking* ou *vote-seeking*¹. É neste momento, então, na tentativa de reeleição e da propagação de sua campanha, que os laços entre ciber-base e parlamentar se tornam cruciais.

Em segundo lugar, tratando ainda da importância da ciber-base do legislador, nota-se que esta será central exatamente porque demandas e discussões que estão mais próximas de seu escopo programático e ideológico são mais fáceis de serem incorporadas na agenda de discussões e trabalhos e ainda fortalece seu discurso, já que levanta novas ideias e argumentos para as discussões feitas e ainda cria uma relação de proximidade entre representantes e representados (ALMEIDA, 2017, p. 171).

A internet e as mídias sociais podem, assim, propiciar maiores aportes informacionais para os parlamentares. Por meio dessa interação relacional com os representados, o ator político tem diversos benefícios, por exemplo: ele pode ter acesso a informações que anteriormente poderiam gerar muitos custos de transação e de oportunidades para serem adquiridas, ou até gerar uma maior dependência das informações advindas do poder Executivo. Desse modo, tais ferramentas possuem o potencial de aperfeiçoar a ati-

¹ Office-seeking pode ser entendido como aqueles que se interessam por cargos de poder como fim último e não como meio de implementar determinadas políticas (REIS, 2012:332 apud ALMEIDA, 2017). Já vote-seeking diz respeito ao partido ou político que teria prioridade maior o ganho de votos (STROM; MULLER, 1999; REIS, 2012 apud ALMEIDA, 2017).

vidade representativa do legislador, oferecendo novos *insights* e recursos estratégicos a ele. Assim, remetendo ao pensamento de Plotke (1997), esses espaços permitem que os cidadãos configurem a representação no sentido de estarem presentes politicamente.

Pensando no contexto mais recente, Coleman e Blumler (2009) apontam que o século XXI inaugurou, de fato, uma era da visibilidade. Isso porque, segundo eles, as elites políticas não conseguem mais preservar seus casulos de sigilo impenetrável, uma vez que a distância entre o representante e o representado está se encurtando. A expansão a novas formas de informação permite que os cidadãos atualmente não apenas deleguem as decisões para os políticos eleitos, mas que também interpretem a realidade, o que Norris (1999) caracteriza como “cidadãos críticos”².

Portanto, a internet pode incentivar uma forma mais direta e permanente da representação, no sentido de desenvolver uma representação política com base em formas interativas de comunicação e de conectividade, com maior proximidade e visibilidade entre os atores envolvidos (COLEMAN, 2005; COLEMAN, BLUMLER, 2009; KARLSSON, 2013). Todavia, apesar de todas essas potencialidades, tal processo depende dos valores da sociedade, da cultura política, e do uso estratégico por parte dos representantes para impulsionar determinados ideais de representação política interligados ao mundo digital. Essas questões serão mais bem exploradas na próxima seção, em que serão analisadas as formas de apropriação e utilização dos deputados federais brasileiros no relacionamento com a sua ciber-base.

² Além disso, pressupostos participacionistas e deliberacionistas ganharam maior força dentro do ideário da democracia. Em outras palavras, a democracia passou a ser associada ao desenvolvimento de formas que propiciam a participação cidadã. Assim, inovações democráticas que oportunizam uma influência contínua dos cidadãos no processo decisório passaram a surgir, exemplificadas pelos orçamentos participativos, minipúblicos, etc. (FUNG, 2003; SMITH, 2009), ou quando incorporadas ao meio digital, como as consultas on-line (COLEMAN, BLUMLER, 2009).

Metodologia

Muitos dos estudos acerca da apropriação dos canais digitais por parte dos parlamentares se voltam para a usabilidade dos parlamentares em relação a essas mídias digitais, ou seja: se concentram muito na análise quantitativa de dados sobre a inscrição ou não nas mídias — como *Facebook, Twitter, Flickr e Youtube* —, se possuem blog ou site pessoal, sua respectiva utilização e a frequência de mensagens trocadas entre o deputado e o cidadão, correlacionado ao perfil e figura do parlamentar (AMARAL *et al.*, 2015; BRAGA, NICOLAS, 2011; MARQUES, AQUINO, MIOLA, 2014). Em outras palavras, há uma carência de pesquisas que procuram compreender as diferentes formas de usos e apropriação que os deputados podem fazer dessas mídias, analisando como se dá o formato relacional desempenhado com os cidadãos que os procuraram e as diferentes formas de se apropriar desses espaços. Ainda mais se pensarmos que esses diferentes padrões de atuação junto às mídias sociais podem estar relacionados a um mecanismo denominado de “*thin rationality*”, compreendida como racionalidade em sentido ampliado e conformada por tipos-ideais (BENGTSSON, HERTTING, 2014). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as motivações que os legisladores possuem para adotarem ou não a tecnologia e a maneira como a adotaram.

Especificamente sobre o Facebook, mídia social que aqui analisamos, chama-se atenção de que esta detém a primazia absoluta quanto ao número de usuários (BENTIVEGNA, 2012). No Brasil, essa ferramenta é, de fato, muito popular e o crescimento de usuários tem sido visível. Se em maio de 2014 o Brasil tinha 70,5 milhões de usuários, em abril de 2017, o número registrado foi de 123 milhões (The Statistics Portal – Leading countries based number of Facebook users as of May 2014), o que corresponde a uma taxa de penetração na população brasileira de 53,9%. Além disso, Almeida (2017, p. 121) mostra que em 2013, 324 deputados federais possuíam página no Facebook. Já em 2017, esse número

cresceu para 502, atingindo quase a totalidade dos deputados (513), o que demonstra um esforço das elites parlamentares de estarem presentes no mundo digital. Por essas razões, focaremos nessa mídia e nas possibilidades de interatividade que ela promove entre representantes e representados.

Os dados utilizados para medir a tipologia de atuação de parlamentares no Facebook fazem parte do banco de dados construído por Almeida (2017), que utilizou como unidade de análise os deputados federais da Câmara dos Deputados brasileira, durante 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados (2015 – 2019). A partir desse banco de dados, formatou-se uma amostra de 20 deputados federais, usando os seguintes critérios com um objetivo de promover uma heterogeneidade da análise: 1) os deputados escolhidos foram retirados por quartil de seguidores: 5 de cada quartil; 2) os deputados escolhidos foram retirados de acordo com sua posição em relação ao número de curtidas e de acordo com as seguintes cotas: a) o 1º deles sempre é o deputado com mais curtidas do quartil; b) o 2º, o 3º e o 4º foram escolhidos por sua ideologia partidária³. Necessariamente deveria haver, entre as 3 (três) posições: 1 deputado de esquerda, 1 deputado de centro e 1 deputado de direita; c) a 5ª deputada foi escolhida por seu sexo e deve ser mulher, não importando que nas outras cotas já tenha aparecido uma mulher (Tabela 1).

3 A classificação dos espectros ideológicos Centro, Direita e Esquerda e seus respectivos partidos políticos teve como base os trabalhos de Melo (2000, 2011). Nas palavras do próprio autor: “[...] os partidos foram classificados em um contínuo esquerda-direita com base em uma média obtida a partir de três questões contidas no questionário aplicado aos deputados: tomando como base uma escala de 1 a 10, em que 1 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita, foi solicitado aos deputados que classificassem um conjunto de partidos que não o seu, que se autot classificassem e que classificassem seu próprio partido. Seguindo Castro, Nunes e Anastasia (2009), que trabalharam com os mesmos dados, foram considerados de esquerda os partidos cuja média obtida ficou entre 0 e 4 (PCdoB, PSOL, PT, PDT e PSB). Foram classificados como de centro aqueles situados entre 4,1 e 6,0 (PMDB, PSDB, PPS, PV, PSC, PTdoB, PHS, PSL, PMN, PRB e PSDC). À direita foram posicionados os que se situaram acima de 6,0 (PTB, PR, DEM, PP, PTN e PAN). Ao final, o conjunto dos deputados eleitos por partidos classificados à esquerda abrangeu 27,7% do universo pesquisado, os eleitos pelo centro, 45,2%, e aqueles cujo partido situava-se à direita, 26,7%” (MELO, 2011, p. 64). Como o PRP não constavam no aludido artigo, recorreu-se ao texto desse mesmo autor, publicado em 2000, no qual ele o classifica como partido de direita. Ressalta-se que o PRP foi dissolvido em 2018 e incorporado ao Patriota no ano subsequente. Outro partido que não constava nos estudos de Melo é o PSD, até por ele ter sido criado mais recentemente, em 2011. Diante disso, foram analisados os princípios e valores, e as diretrizes dessa sigla e assim, classificou-se esse partido como de centro. Também fora feita uma adaptação na classificação de Melo, ao considerar o PSC como um partido de direita, dado sua guinada em direção a esse espectro político. Por fim a categorização construída neste trabalho se descreve assim: Partidos de Direita: PTB, PR, DEM, PP, PTN, PEN, PSC, PROS, PMB; partidos de Centro: PMDB, PSDB, PSD; PPS, PTdoB, PV, PHS, PSL, PRB, Solidariedade, Rede; partidos de Esquerda: PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT. Obviamente existe uma problemática de se aplicar uma divisão ideológica de 2011 em uma legislatura que começou em 2015 e finalizou no final de janeiro de 2019. No entanto, segundo Câmara (2016), após análises de comportamento de deputados de 1995 a 2014, ou seja, em governos de partidos diversos, “é possível identificar um posicionamento ideológico estável para os principais partidos da Câmara dos Deputados ao longo do tempo. Este posicionamento ideológico de fato informa sobre as posições políticas dos deputados. Neste sentido, os conceitos de esquerda e direita não devem ser entendidos como “caixas vazias”, para utilizar a expressão cunhada por Jean Paul Sartre, mas como polos da dimensão principal sobre a qual se estruturam as opiniões dos deputados” (CÂMARA, 2016, p. 89).

Tabela 1: Amostragem de deputados para análise qualitativa por quartis de curtidas - Brasil, 2017

Quartil	Deputados amostra definitiva	Número de curtidas	Partidos	Cotas
1º quartil	Pr. Marco Feliciano	3.995.585	Psc	1º
	Jair Bolsonaro	3.888.349	Psc	Direita
	Jean Wyllys	1.256.980	Psol	Esquerda
	Fernando Francischini	1.056.584	Solidariedade	Centro
	Jandira Feghali	759.181	Pc do b	Mulher
2º quartil	Pastor Eurico	42.674	Phs	1º
	Jô Moraes	42.563	Pc do b	Esquerda
	Baleia Rossi	42.426	Pmdb	Centro
	Felipe Bornier	42.319	Pros	Direita
	Moema Gramacho	39.828	Pt	Mulher
3º quartil	Nelson Padovani	20.350	Psdb	1º
	Sandro Alex	20.307	Psd	Centro
	Lincoln Portela	20.288	Prb	Direita
	Waldenor Pereira	20.273	Pt	Esquerda
	Gorete Pereira	19.401	Pr	Mulher
4º quartil	Luís Tibé	10.782	Pt do b	1º
	Lucio Mosquini	10.602	Pmdb	Centro
	Vicentinho Júnior	10.505	Pr	Direita
	Subtenente Gonzaga	10.457	Pdt	Esquerda
	Carmen Zanotto	9.731	Pps	Mulher

Fonte: Almeida (2017, p. 180)

A partir da amostra de deputados, foi determinado o recorte temporal de uma semana completa para a análise dos dados, de 19/09/2016 a 26/09/2016⁴. No total, foram lidas todas as 518 postagens e 11488 comentários feitos nas páginas de deputados federais na semana de atividades selecionada.

4 A data foi escolhida por alguns motivos: 1) a data do recorte não poderia ser entre 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, já que se tratou de um período peculiar e que poderia ter impacto interviniente forte nas informações coletadas, devido ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff; 2) a coleta dos dados deveria ser anterior a 2 de outubro de 2016, datas das eleições para os cargos de prefeito e vereador em âmbito nacional, sendo que o pleito poderia alterar, de alguma forma, a configuração do plenário da Câmara dos Deputados.

Construindo os índices

Índice de Ativação Parlamentar

Lilleker e Koc-Michalska (2011) salientam que a interação conversacional entre representante e representado pode ser facilitada de várias maneiras na internet, sendo que essas discussões políticas podem, inclusive, criar um *“online constituency”*. Nesse caso, esse relacionamento poderia se dar em *sites, weblogs* etc., e acentuadamente em mídias sociais, já que elas permitem interações menos formais com o legislador e entre usuários.

Assim, neste trabalho, se mediu a “Tipologia dos padrões de atuação de parlamentares e uso do Facebook”. Para isso, foram construídos dois índices que interagiram em um plano cartesiano $x;y$. O primeiro índice, que se localiza no eixo y , denominado “Índice de Ativação Parlamentar” foi calculado pelo somatório de postagens (50 pontos) e respostas (50 pontos), que resultam em 100 pontos ao total. A distribuição de pontos dentro desses critérios (postagens e respostas) foi feita pela classificação hierárquica a partir da análise de conteúdo das páginas, utilizando a lógica metodológica de definição de limiares da “Qualitative Comparative Analysis” (QCA). Dessa forma, valoramos as categorias e distribuímos pontos de acordo com o grau de importância para a nossa análise. Isso porque nosso trabalho parte do entendimento de que determinadas categorias identificadas nas postagens e respostas produzem ou estimulam o debate naquele espaço e, por isso, são mais importantes.

Primeiramente, dividimos as postagens analisadas em quatro categorias, a partir da definição feita por Almeida (2017). São elas:

1) *agenda extraordinária (20 pontos)*: são postagens em que o conteúdo esteve relacionado a questões políticas “emergenciais” ou que não dizem respeito propriamente às atividades diárias do parlamentar. O conteúdo de agenda extraordinária foi considerado com alto nível de importância para a nossa análise, pois diz res-

peito a questões políticas de uma forma geral, que vão além das tarefas do parlamentar, que em certos casos mobiliza a opinião pública e a agenda política nacional.

2) *agenda ordinária (15 pontos)*: as postagens de agenda ordinária estavam relacionadas a atividades cotidianas do parlamentar, como reuniões de comissões, atividades no plenário da Casa, reuniões com lideranças políticas ou membros do governo etc. Essas postagens são importantes para estimular o debate, no entanto, por serem bastante específicas, identificamos que elas podem estimular menos o debate do que a categoria acima.

3) *assuntos pessoais (10 pontos)*: postagens relacionadas à vida pessoal do parlamentar. É bastante comum encontrar nas mídias digitais uma mistura de conteúdos que dizem respeito a assuntos públicos e privados. Isso faz parte da própria natureza dessas plataformas e, de certa forma, pode criar uma proximidade entre representantes e representados. São exemplos disso: momentos mais informais, em que o deputado está fora do ambiente parlamentar, com a família e/ou amigos, ou em situações de confraternização (festas, churrascos, shows), dentre outros. No entanto, acreditamos que, para construção deste índice, postagens de conteúdos pessoais podem não estimular o debate político com a ciber-base.

4) *assuntos não políticos strictu sensu (5 pontos)*: são postagens nem políticas nem pessoais, que tratam de assuntos corriqueiros ou que não se encaixam em nenhuma das categorias acima. São exemplos: mensagens com votos de ótimo dia ou semana, citações de passagens bíblicas, frases de motivação e/ou autoajuda. Esse tipo de postagem tem pouca relevância para a construção do índice.

Já as respostas foram subdivididas em *protocolar* e *feedback*. As respostas do tipo *protocolar* diziam respeito a uma resposta padrão à ciber-base feita pelo administrador da página. Refere-se a agradecimentos pelo envio da mensagem; da assessoria do deputado(a) assegurar que a mensagem será encaminhada a ele/

ela; ou para reafirmar uma aproximação com o cidadão (“é isso aí”, “concordo com sua opinião”). A postagem protocolar (10 pontos) nem sempre era formal, uma vez que a linguagem na internet permite uma escrita menos formal (com uso, por exemplo, de símbolos e *emoticons*). No entanto, ela seguia um determinado padrão que se repetia em outras respostas. As respostas *feedback* (40 pontos) foram consideradas mais importantes para o nosso índice. Isso porque elas estão relacionadas a conteúdos onde o administrador busca esclarecer uma dúvida, chamar para o debate etc. Essas respostas podem ser exemplificadas por uma prestação de contas (“enviarei a sua demanda para órgão x”), ou quando o deputado responde o cidadão com mais informações, fontes, relatórios acerca da reivindicação em questão, oferecendo mais subsídios para a discussão (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição de Pontos - Índice Ativação Parlamentar

Categoria	Tipo	Pontuação
Postagens - 50 pontos	Postagens Agenda Extraordinária	20 pontos
	Postagens agenda ordinária	15 pontos
	Postagens de assuntos pessoais	10 pontos
	Postagens de assuntos não políticos	5 pontos
Resposta - 50 pontos	Protocolar	10 pontos
	Feedback	40 pontos
Total	100 pontos	

Fonte: Elaboração própria.

Após estabelecer esses critérios, iniciamos a pontuação das páginas dos deputados analisados. A partir do somatório de cada tipo de postagem e cada tipo de resposta das páginas definidas anteriormente, calculamos a média e a mediana desses valores e estabelecemos os limiares de pontuação (Tabela 3).

Tabela 3 - Pontuação do Índice Ativação Parlamentar

Tipos	Média	Mediana	Número de postagens	Pontos alcançados
Postagens Agenda Extraordinária	8,3	5	0 a 4 posts	0
			5 a 8 posts	10
			Acima de 8 posts	20
Postagens agenda ordinária	15,35	7	0 a 6 posts	0
			7 a 15 posts	7,5
			Acima de 15 posts	15
Postagens de assuntos pessoais	0,2	0	0 a 0,2 posts	0
			Maior que 0,2 posts	10
Postagens de assuntos não políticos	2	0	0 a 1 post	0
			Mais que 1 post	5
Protocolar	20,8	0	de 0 a 19 posts	0
			Acima de 19 posts	10
Feedback	3,1	0	0 a 3 posts	0
			Acima de 3 posts	40

Fonte: Elaboração própria.

Índice de Ativação da Ciber-base

Pippa Norris (2001) afirmou que a internet seria um ativador de indivíduos já ativos. Hoje, a literatura especializada já entende que a internet também “pode facilitar a mobilização de novos indivíduos e grupos que, tradicionalmente, não participariam da vida política” (HANSEN; FERREIRA, 2018, p. 13). Se cidadãos ativos têm sido mais ativados e cidadãos não ativos têm sido pela primeira vez ativados, torna-se importante entender esse movimento geral de ativação nas páginas dos parlamentares

Para isso, foi construído o índice 2, “Índice de Ativação da Ciber-base” (Tabela 4), localizado no eixo x, que foi feito de forma análoga ao índice 1. A composição do índice se deu pelo somatório de tipos de comentários (100 pontos), também categorizados pela

análise de conteúdo. A distribuição de pontos foi feita também pelos autores de acordo com a ordem de importância, a saber:

1) *comentários propositivos (45 pontos)*: tipos de comentários mais importantes para construção do índice 2. Isso porque são comentários pelos quais a ciber-base leva uma demanda para o parlamentar, propõe uma ação/posição do deputado sobre determinado assunto, legislação e outros. Como exemplos, temos os comentários de usuários pedindo apoio ao deputado para votar contra ou a favor a um projeto de lei ou para levar uma determinada pauta para discussão no Congresso;

2) *comentários de apoio (25 pontos)*: são importantes porque dizem respeito aos comentários da ciber-base que demonstram apoio e concordância com o parlamentar. No entanto, nem sempre esses comentários podem estimular o debate. Comentários como "Isso mesmo, deputado!" ou "Parabéns pela iniciativa" são exemplos desses tipos de comentários;

3) *comentários de não apoio (25 pontos)*: são aqueles que discordam do parlamentar, seja no conteúdo que foi postado na página ou em relação às suas ideias (possuem um tom crítico). Assim como os comentários de apoio, nem sempre estimulam o debate;

4) *comentários de não agendamento (05 pontos)*: comentários que não se encaixam nas categorias acima, assim não são tão relevantes para o nosso índice. São comentários que não dizem respeito nem a críticas, nem apoio e nem proposição. Eles podem estar relacionados à vida pessoal do deputado ou mesmo podem ser tratar de propagandas ou divulgação de assuntos que não estejam na discussão.

Tabela 4 - Distribuição de Pontos - Índice Ativação da Ciber-base

Tipo de comentários da Ciber-base	Pontuação
Comentários propositivos	45
Comentários de apoio	25
Comentários de não apoio	25
Comentários de não agendamento	5

Fonte: Elaboração própria.

Assim como no índice 1, após estabelecer a distribuição dos pontos, somamos as quantidades de cada tipo de comentários e calculamos a média e a mediana desses valores. Dessa forma, estabelecemos os limiares de pontuação (Tabela 5).

Tabela 5 - Pontuação do Índice Ativação da Ciber-base

Tipos de comentários da Ciber-base	Média	Mediana	Número de comentários	Pontos alcançados
Comentários propositivos	84,95	5,5	Menor que 6	0
			De 6 a 85	22,5
			Acima de 85	45
Comentários de apoio	126,2	8,5	Menor que 9	0
			De 9 a 126	12,5
			Acima de 126	25
Comentários de não apoio	1,05	0	Menor que 1	0
			Maior que 1	25
Comentários de não agendamento	0,15	0	Menor que 1	0
			Maior que 1	5

Fonte: Elaboração própria.

Análise de Dados

A primeira medida necessária para a feitura da sequência de análises empíricas que resultarão na construção do “Índice

de Ativação Parlamentar” e no “Índice de Ativação da Ciber-base” é o “número absoluto de postagens da página” de cada deputado(a) da amostra (Tabela 6). Pode-se observar, então, que Jandira Feghali foi a deputada com o maior número de postagens, foram 115 no recorte temporal pesquisado. Em segundo lugar, Luís Tibé com 81 *posts*, em terceiro, Marco Feliciano com 58 postagens, em quarto lugar Fernando Francischini (49 postagens) e, em quinto lugar, Jean Wyllys, com 48 publicações.

Chama-se atenção que a listagem de deputados a seguir está ordenada pelos “quartis de curtidas”, ou seja, os 5 (cinco) primeiros deputados da lista foram os que tiveram os maiores números de curtidas em suas respectivas páginas. Por isso chama atenção que Jair Bolsonaro, o segundo em número de curtidas, tenha postado tão pouco — apenas 15 vezes — ao passo que os demais que compõem esse quartil postaram entre 48 e 115 vezes. É ainda importante observar que há deputados que estão atrás no que diz respeito ao número de seguidores de suas páginas, mas que, ainda assim, empenham esforços para ter uma página ativada por eles mesmos, como se pode observar nos casos de Luis Tibé (localizado no último quartil de curtidas) e de Moema Gramacho (que está presente no segundo quartil de curtidas).

Ao analisarmos a variável do Índice de Ativação Parlamentar, “Postagens Agenda Ordinária”, ou seja, aquelas postagens relativas a atividades cotidianas do parlamentar, estabelecemos uma pontuação de 0 a 15 pontos, em três subcategorias: 0 — 7,5 — 15. Vimos que a deputada Jandira Feghali aparece em um primeiro lugar, distante dos demais (103 *posts*). Em segundo lugar está Luis Tibé (57 *posts*), em terceiro lugar está Moema Gramacho (42 *posts*), em quarto lugar está Vicentinho Júnior (20 *posts*) e, em quinto lugar está Waldenor Pereira (12 *posts*). Os outros 15 deputados fizeram menos que 11 *posts*. Da amostra, apenas 4 (quatro) parlamentares conseguiram alcançar a pontuação máxima na variável “Postagens Agenda Ordinária” (15 pontos), o que pode significar que esses têm um compromisso maior, se comparados aos outros parlamentares, de transparência em relação à divulgação de sua

atividade parlamentar diária. Foram eles: Jandira Feghali, Moema Gramacho, Luis Tibé e Vicentinho Júnior. Alcançaram a pontuação média (7,5 pontos) 7 parlamentares: Marco Feliciano, Fernando Francischini, Jean Wyllys, Felipe Bornier, Waldenor Pereira, Subtenente Gonzaga e Lucio Mosquini. Essa categoria chama atenção por incluir deputados que se enquadram tanto no 1º quartil de curtidas quanto deputados que estão no último quartil, o que pode indicar que uma preocupação massiva com a feitura de postagens não é necessariamente considerada de importância crucial por deputados que estão no topo de números de seguidores. Por fim, 9 deputados fizeram 0 pontos.

Em relação à variável do índice, “Postagens Agenda Extraordinária” (postagens que tratam de assuntos de políticas públicas e grande política nacional), imputou-se a pontuação máxima de 20 pontos, consistindo na variável de maior peso no índice supracitado, divididos em três subcategorias: 0 — 10 — 20. Se comparada essa subcategoria à anterior (Postagens de Agenda Ordinária), pode-se ver a diminuição drástica de postagens desse tipo, em termos absolutos, na grande maioria dos deputados. São casos que sublinham a perspectiva citada anteriormente: Marco Feliciano, Jandira Feghali, Moema Gramacho e Luís Tibé. Essa queda acentuada, possivelmente, tem a ver com o “desgaste” maior que a abertura de uma publicação para discutir política nacional pode gerar na página do parlamentar que, dessa forma, terá que empregar mais recursos de *staff*, de tempo e argumentativos para fazer a postagem e, em consequente, para respondê-la e mediar o debate que virá.

Nessa variável, o parlamentar que mais se destacou, ou seja, que mais discutiu a designada *grande política* (a política de forma ampliada) em sua página, foi Jean Wyllys, com 40 *posts*. Em segundo lugar está Fernando Francischini (35 *posts*), em terceiro Luis Tibé (24 postagens), em quarto lugar está Jandira Feghali (12 postagens) e em quinto lugar Marco Feliciano (11 *posts*). Pode-se notar que todos os deputados localizados no primeiro quartil de curtidas chegaram à pontuação máxima nessa subcategoria. Além

deles, Luis Tibé também obteve 20 pontos. Apenas 3 (três) deputados fizeram 10 pontos, foram eles: Felipe Bornier, Jô Moraes e Carmen Zanotto. Os demais deputados — 11, ao total — ficaram com 0 pontos.

Quando se analisa as “Postagens Assuntos Pessoais”, que foram valoradas com, no máximo, 10 pontos, a terceira mais baixa pontuação, exatamente porque não implica em conteúdo político *strictu sensu*, mas sim, em uma abordagem de aproximação do eleitor pela construção de uma proximidade “familiar”, viu-se que apenas dois parlamentares pontuaram. O primeiro deles, que usou postagens deste tipo por 3 vezes foi Fernando Francischini, recebendo 10 pontos na categoria. Em segundo lugar, com uma postagem desse tipo, aparece Marco Feliciano, também recebendo 10 pontos na categoria. Os demais parlamentares receberam pontuação zero.

Passando para a variável “Postagens Assuntos Não políticos”, categoria essa que engloba tudo que não seja postagem de agenda ordinária, extraordinária e de assuntos pessoais, indicou-se que fossem destinados no máximo 5 pontos, já que estas seriam postagens totalmente fora de um viés político o que, normalmente, não se espera na página oficial de um parlamentar. Quando foram analisados os deputados, pode-se ver que Marco Feliciano foi quem usou por mais vezes esse tipo de postagem: foram 39 *posts*, o que o fez adquirir 5 (cinco) pontos. Os demais parlamentares não fizeram postagens desse tipo, com exceção de Fernando Francischini, que fez uma vez. Ao fim, somente Marco Feliciano pontuou na análise dessa variável.

Deputados(as) federais da amostra	ÍNDICE DE ATIVAÇÃO PARLAMENTAR											
	50 pontos								50 pontos			
	15		20		10		5		10		40	
	Postagens Agenda Ordinária - Valores absolutos	Pontuação Agenda Ordinária - Limiares	Postagens Agenda Extraordinária - Valores absolutos	Pontuação Agenda Extraordinária - Limiares	Postagens Assuntos Pessoais - Valores absolutos	Pontuação Assuntos Pessoais - Limiares	Postagens Assuntos não políticos - Valores absolutos	Pontuação Assuntos não políticos - Limiares	Resposta Protocolar - Valores absolutos	Pontuação Resposta Protocolar - Limiares	Resposta Feedback - Valores absolutos	Pontuação Resposta Feedback - Limiares
Marco Feliciano	7	7,5	11	20	1	10	39	5	0	0	0	0
Jair Bolsonaro	5	0	10	20	0	0	0	0	13	0	6	40
Jean Wyllys	8	7,5	40	20	0	0	0	0	42	10	36	40
Fernando Francischini	10	7,5	35	20	3	10	1	0	0	0	0	0
Jandira Feghali	103	15	12	20	0	0	0	0	64	10	2	0
Baleia Rossi	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Felipe Bornier	11	7,5	6	10	0	0	0	0	8	0	4	40
Jô Moraes	2	0	6	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Moema Gramacho	42	15	5	0	0	0	0	0	10	0	6	40
Pastor Eurico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gorete Pereira	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lincoln Portela	1	0	1	0	0	0	0	0	31	10	3	0
Sandro Alex	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0
Waldenor Pereira	12	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nelson Padovani	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carmen Zanoto	4	0	6	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucio Mosquini	11	7,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LuisTibé	57	15	24	20	0	0	0	0	55	10	2	0
Subtenente Gonzaga	7	7,5	5	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Vicentinho Júnior	20	15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Focando no segundo grupo de variáveis do “Índice de Ativação Parlamentar”, que se relaciona às respostas dadas pelos parlamentares, é importante que se note o número de respostas dadas pelos parlamentares aos seus eleitores e ciber-base. O número, de fato, é baixo, se considerarmos a quantidade de postagens e, principalmente, a média de comentários recebidos por postagens por parlamentar (ver Tabela 6).

A tabela abaixo (Tabela 7) apresenta a relação entre o número de postagens, a média de comentários de postagens e o número de curtidas total entre os 20 deputados federais no período aqui analisado. Interessante destacar que há parlamentares que não estão no primeiro quartil, mas que realizam um alto número de postagens. Entretanto, eles não desenvolvem um engajamento com os cidadãos nesses espaços (comentários e curtidas). Isso acontece com os parlamentares Moema Gramacho e Luis Tibé.

Tabela 7 - Número de Postagens e Comentários por Deputado Federal da Amostra

Quartil	Deputados amostra definitiva	Número de postagens	Média de comentário por postagens	Número de curtidas
1º quartil	Pr. Marco Feliciano	58	421,9	3.995.585
	Jair Bolsonaro	15	2.084,4	3.888.349
	Jean Wyllys	48	537	1.256.980
	Fernando Francischini	49	182,3	1.056.584
	Jandira Feghali	115	231,3	759.181
2º quartil	Pastor Eurico	1	16	42.674
	Jô Moraes	8	3,13	42.563
	Baleia Rossi	3	0,7	42.426
	Felipe Bornier	17	11,9	42.319
	Moema Gramacho	47	98,4	39.828
3º quartil	Nelson Padovani	0	0	20.350
	Sandro Alex	1	40	20.307
	Lincoln Portela	2	43	20.288
	Waldenor Pereira	12	1,58	20.273
	Gorete Pereira	6	1,17	19.401
4º quartil	Luís Tibé	81	21,4	10.782
	Lucio Mosquini	11	0,5	10.602
	Vicentinho Júnior	22	0,6	10.505
	Subtenente Gonzaga	12	2,7	10.457
	Carmen Zanotto	10	0,6	9.731

Fonte: Almeida, 2017, p. 26

Para a análise das respostas, adotou-se a estratégia de ler apenas uma amostra do que foi captado (como indica a Tabela 8). O que se observou é que o número de respostas de deputados a seguidores que fizeram comentários parece baixo diante de um olhar mais atento.

Tabela 8 - Distribuição faixas amostrais para Análise

Número de comentários registrados na semana de 19/09/2016 a 26/09/2016	Amostra de comentários lidos por postagem política
Mais de 5000	10% de comentários de cada postagem política
Entre 1000 e 5000	15% de comentários de cada postagem política
Entre 100 e 1000	25% de comentários de cada postagem política
Menos de 100	100% de comentários de cada postagem política

Fonte: Almeida, 2017, p. 182

Enfim, sabe-se que respostas demandam recursos dos mais variados (tempo, financeiro, conhecimento, redes de relacionamento etc.) para os deputados. São necessários *staff* especializado, expertise no assunto discutido, tempo para se dedicar a responder, interesse no debate com os seguidores, entre outros.

Dividiu-se as respostas em “Resposta Protocolar”, que valia 10 pontos no índice e com categorias 0 e 10; e “Resposta de *Feedback*”, que valia 40 pontos no índice, com categorias 0 e 40.

Nas “Respostas Protocolares” observou-se Jandira Feghali em primeiro lugar (64 respostas), Luís Tibé em segundo lugar (55 respostas), Jean Wyllys em terceiro lugar (42 respostas), Lincoln Portela em quarto lugar (31 respostas), Jair Bolsonaro em quinto lugar (13 respostas) e Moema Gramacho em sexto lugar (10 respostas). Somente os 6 (seis) deputados acima pontuaram na análise dessa variável (10 pontos).

Chama atenção que até os parlamentares que estão posicionados no primeiro quartil de curtidas, e que receberam números altos de comentários, como Jair Bolsonaro (média de 2084,4 comentários por postagem), Jean Wyllys (média de 537 comentários por *post*) e Marco Feliciano, (média de 421,9 comentários), responderam em pequeno número seu público. Talvez esse fato seja decorrente da opção dos parlamentares por tornarem-se um pouco alijados em relação aos debates políticos de sua própria página e, em contrapartida, abrirem espaço para que a própria ciber-base protagonize o debate de forma independente entre seus participantes, o que pode fazer com que o relacionamento democrático

entre representante e representado em mídias sociais seja distante, apesar das possibilidades existentes nas redes. No entanto, isso permite uma consolidação dos laços entre a própria ciber-base.

Por fim, no que se relaciona ao “Índice de Ativação Parlamentar”, focamos nosso olhar nas “Respostas de Feedback”. A essa variável, foi destinado um *score* de 40 pontos, exatamente por ser uma resposta de caráter mais complexo e personalizado a ser dada pelo parlamentar. O parlamentar que apresentou mais respostas dentro desta categoria foi Jean Wyllys (36 respostas). Em segundo lugar estiveram Jair Bolsonaro (6 respostas) e Moema Gramacho (6 respostas) e em terceiro Felipe Bornier (4 respostas). Todos os parlamentares citados anteriormente tiveram 40 pontos, os demais não foram pontuados.

Ao analisar a escala de pontuação final do “Índice de Ativação Parlamentar”, que vai de 0 a 100, algumas observações importantes podem ser feitas a partir da amostra analisada. O deputado federal que obteve a maior pontuação no “Índice de Ativação Parlamentar” foi Jean Wyllys (77,5). Em segundo lugar esteve Jair Bolsonaro (60). Em terceiro, está Felipe Bornier (57,5) e em quarto lugar Moema Gramacho (55). Chama atenção que o 3º e 4º lugares no “Índice de Ativação Parlamentar” são parlamentares que se localizam no segundo quartil de seguidores, conseguindo ultrapassar a performance de deputados que, supostamente, deveriam estar mais preocupados em manter suas páginas mais ativas, já que têm mais público (Tabela 10). No entanto, como ficará mais visível na análise do “Índice de Ativação da Ciber-base”, parece que os deputados do 1º quartil contam com uma ciber-base extremamente ativa e por isso podem “se dar ao luxo” de delegar à sua ciber-base o protagonismo e a manutenção do debate.

Em continuidade, vemos que no 5º lugar no “Índice de Ativação Parlamentar” estão empatados Jandira Feghali e um deputado proveniente do último quartil de curtidas: Luis Tibé, com 45 pontos. Em 6º lugar está Marco Feliciano (42,5 pontos), em 7º lugar Fernando Francischini (37,5 pontos).

Tabela 9 - Índice de Ativação da Ciber-base

Deputados(as) federais da amostra	ÍNDICE DE ATIVAÇÃO DA CYBER-BASE							
	100							
	25		25		45		5	
	Comentários apoio - Números absolutos	Comentários apoio - Limiares	Comentários não apoio - Números absolutos	Comentários não apoio - Limiares	Comentários informacionais propositivos - Números absolutos	Comentários informacionais propositivos - Limiares	Comentários não agendamento - Números absolutos	Comentários não agendamento - Limiares
Marco Feliciano	29	12,5	2	25	92	45	0	0
Jair Bolsonaro	1048	25	7	25	364	45	2	5
Jean Wyllys	519	25	8	25	567	45	0	0
Fernando Francischini	13	12,5	0	0	255	45	0	0
Jandira Feghali	558	25	0	0	327	45	0	0
Baleia Rossi	0	0	0	0	2	0	0	0
Felipe Bornier	98	12,5	0	0	26	22,5	1	5
Jô Moraes	3	0	2	25	0	0	0	0
Moema Gramacho	170	25	0	0	17	22,5	0	0
Pastor Eurico	1	0	1	0	6	22,5	0	0
Gorete Pereira	5	0	0	0	1	0	0	0
Licoln Portela	32	12,5	0	0	15	22,5	0	0
Sandro Alex	3	0	1	0	5	0	0	0
Waldenor Pereira	11	12,5	0	0	2	0	0	0
Nelson Padovani	0	0	0	0	0	0	0	0
Carmen Zanoto	3	0	0	0	2	0	0	0
Lucio Mosquini	5	0	0	0	0	0	0	0
Luis Tibé	18	12,5	0	0	0	0	0	0
Subtenente Gonzaga	6	0	0	0	18	22,5	0	0
Vicentinho Júnior	2	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 10 - Índice de Ativação Parlamentar e Índice de Ativação da Ciber-base

Quartil	Deputados Federais da amostra	Pontuação total do Índice de Ativação Parlamentar	Pontuação total do Índice de Ativação da Ciber-base
1º Quartil	Marco Feliciano	42,5	82,5
	Jair Bolsonaro	60	100
	Jean Wyllys	77,5	95
	Fernando Francischini	37,5	57,5
	Jandira Feghali	45	70
2º Quartil	Baleia Rossi	0	0
	Felipe Bornier	57,5	40
	Jô Moraes	10	25
	Moema Gramacho	55	47,5
	Pastor Eurico	0	22,5
3º Quartil	Gorete Pereira	0	0
	Lincoln Portela	10	35
	Sandro Alex	0	0
	Waldenor Pereira	7,5	12,5
	Nelson Padovani	0	0
4º Quartil	Carmen Zanotto	10	0
	Lucio Mosquini	7,5	0
	Luís Tibé	45	12,5
	Subtenente Gonzaga	7,5	22,5
	Vicentinho Júnior	15	0

Fonte: Elaboração própria.

O “Índice de Ativação da Ciber-base”, como foi dito, é composto das variáveis “Comentários apoio”, “Comentários não apoio”, “Comentários informacionais propositivos” e “Comentários não agendamento”⁵ (Tabela 9). Salientamos ainda, na análise deste índice, a força e a presença da ciber-base dentro das páginas dos

5 Um trabalho anterior à construção do índice foi feito por Almeida (2017). categorizou-se, com a leitura da amostra de comentários, quais deles teriam como origem a Ciber-base e quais teriam como origem os eleitores em geral. O método para essa categorização foi a identificação de comentários que claramente se posicionavam como opositores ao parlamentar, a esses se foi dada a categoria “Eleitores em Geral” e aos demais “ciber-base.”

parlamentares analisados. É importante observar que a ciber-base acaba por se transformar em um grupo excepcionalmente ativo e propositor de debates, ao passo que, como poderemos ver, os próprios parlamentares, muitas vezes, não estão tão presentes. De fato, a pujança percebida na ativação da ciber-base pode mostrar uma vontade real dos representados para que haja a abertura de arenas de discussão política nas mídias digitais.

Para a primeira variável que compõe esse Índice, “Comentários - Apoio”, considerados esses comentários que demonstram preocupação política da ciber-base do parlamentar, foram definidos 25 pontos de distribuição, com limiares 0 — 12,5 — 25. Pode-se ver na Tabela 9 que obtiveram a pontuação máxima nessa variável, ou seja, 25 pontos, Jair Bolsonaro (1048 comentários), Jandira Feghali (558 comentários), Jean Wyllys (519 comentários) e Moema Gramacho (170 comentários). Houve parlamentares que obtiveram pontuação mediana, ou seja, 12,5 pontos, foram esses: Felipe Bornier (98 comentários), Lincoln Portela (32 comentários), Marco Feliciano (29), Luis Tibé (18), Fernando Francischini (13) e Waldenor (12,5). Os demais deputados classificaram-se no limiar 0 pontos.

Sublinha-se aqui o caso de Marco Feliciano. Apesar de ele ser o deputado com mais seguidores, demonstrou baixos valores absolutos de comentários em relação aos demais membros do 1º quartil de curtidas, demonstrando um baixo engajamento de sua ciber-base. A interpretação que se faz aqui é que, como Marco Feliciano tem seus maiores números de postagens sobre temas não-políticos, como se pode ver no “Índice de Ativação Parlamentar”, e mais “Postagens de Assuntos Pessoais”, então parece que não há muito estímulo a debates por sua ciber-base.

Avançando na análise das variáveis, a próxima a ser observada é “Comentários não apoio”, que tem pontuação máxima de 25 e categorias limiares 0 — 25. “Comentários não apoio” são importantes na tipologia feita porque demonstram uma possível insatisfação da própria ciber-base do parlamentar e sinalizam a construção de debates com espaços, inclusive, para críticas. Observa-se que os números absolutos apresentados nessa variável são bem me-

nores que os apresentados pela variável “Comentários de apoio”. Nesta, só 5 parlamentares pontuaram: Jean Wyllys (8 comentários), Jair Bolsonaro (7 comentários), Marco Feliciano (2 comentários), Jô Moraes (2 comentários). Todos receberam 25 pontos.

A variável dentro do “Índice de Ativação Parlamentar” que teve uma maior valoração máxima imputada — 45 pontos — foi a “Comentários informacionais propositivos”, isso porque ela demonstra uma tentativa de iniciação ou continuação de debates pela ciber-base do parlamentar. É interessante observar que essa é a segunda categoria de comentários com mais casos levantados, e só vem depois do “Comentários apoio”. Os limiares delimitados foram 0 — 22,5 — 45. Dessa forma, muito à frente dos demais parlamentares, o deputado que apresentou mais casos de seguidores iniciando ou dando continuidade a debates foi Jean Wyllys (567 comentários). Em segundo lugar esteve Jair Bolsonaro, com 364 comentários; em terceiro Jandira Feghali, com 327, e, em quarto, Fernando Francischini com 255 comentários. Todos esses quatro deputados pontuaram 45 pontos e demonstram uma ciber-base participativa no sentido de debater assuntos políticos dentro das páginas de seus representantes. Marco Feliciano também conseguiu alcançar o limiar e pontuar 25 pontos, mas, de fato, olhando para os números absolutos dos comentários propositivos do deputado (92), pode-se ver que ele fica um tanto aquém dos demais parlamentares do 1º quartil. No mais, Felipe Bornier (26 comentários), Moema Gramacho (17 comentários), Lincoln Portela (15 comentários) e Pastor Eurico (6 comentários) conseguem alcançar o limiar mediano e pontuam 22,5. Os outros deputados da amostra não pontuam.

Por fim, nesse índice, encontra-se a variável “Comentários de não agendamento”, que recebeu a menor pontuação, 5 pontos. Nesta, só dois parlamentares pontuaram: Jair Bolsonaro (2 comentários) e Felipe Bornier (1 comentário), ambos com 5 pontos.

Dessa forma, quando se analisa o resultado final do “Índice de Ativação da Ciber-base” pode-se ver que Jair Bolsonaro obtém 100 pontos e Jean Wyllys 95 pontos, demonstrando uma super-a-

tivação e participação de suas respectivas ciber-bases no âmbito do debate construído em suas páginas no Facebook. Em terceiro lugar aparece Marco Feliciano com 82,5 pontos, em quarto lugar Jandira Feghali com 70 pontos, em quinto lugar Fernando Francischini com 57,5 pontos. Salienta-se que os cinco primeiros lugares do “Índice de Ativação da Ciber-base”, diferentemente do que acontece com o “Índice de Ativação Parlamentar”, coincidem com os deputados integrantes do primeiro quartil de curtidas, ou seja: ciber-base maior, maior o fluxo de debates percebido. Pode-se observar que a disposição de Jair Bolsonaro e Jean Wyllys na ponta do índice pode ter relação com seu campo de atuação e com a militância política de sua ciber-base.

Mais uma vez destacou-se a Deputada Moema Gramacho, pertencente ao segundo quartil de curtidas, mas que teve pontuações significativas tanto no “Índice de Ativação Parlamentar” quanto no “Índice de Ativação da Ciber-base”, a despeito do número de seguidores bem menor que os parlamentares do 1º quartil, por exemplo.

Padrões de atuação dos parlamentares em páginas do Facebook

A partir da construção dos índices e análise dos resultados que eles apresentam, colocamos esses índices para interagir em um plano cartesiano X e Y : “Índice de Ativação da Ciber-base” e “Índice de Ativação parlamentar”, respectivamente. O gráfico de dispersão a seguir (Gráfico 1) mostra a interação entre os dois índices criados e os posicionamentos dos perfis analisados nos quadrantes. A partir dos posicionamentos nos quadrantes, identificamos quatro tipos de páginas de parlamentares no Facebook. São elas:

1) *Páginas de alto desempenho político*: são perfis com alta ativação tanto da ciber-base quanto parlamentar. Aqui, podemos identificar apenas dois deputados: Jean Wyllys e Jair Bolsonaro.

Os dois deputados são bastante populares e conhecidos em nível nacional. Jean Wyllys é bastante atuante em outras mídias sociais e Jair Bolsonaro, eleito presidente da República nas eleições de 2018, é conhecido por ter uma grande militância na internet⁶.

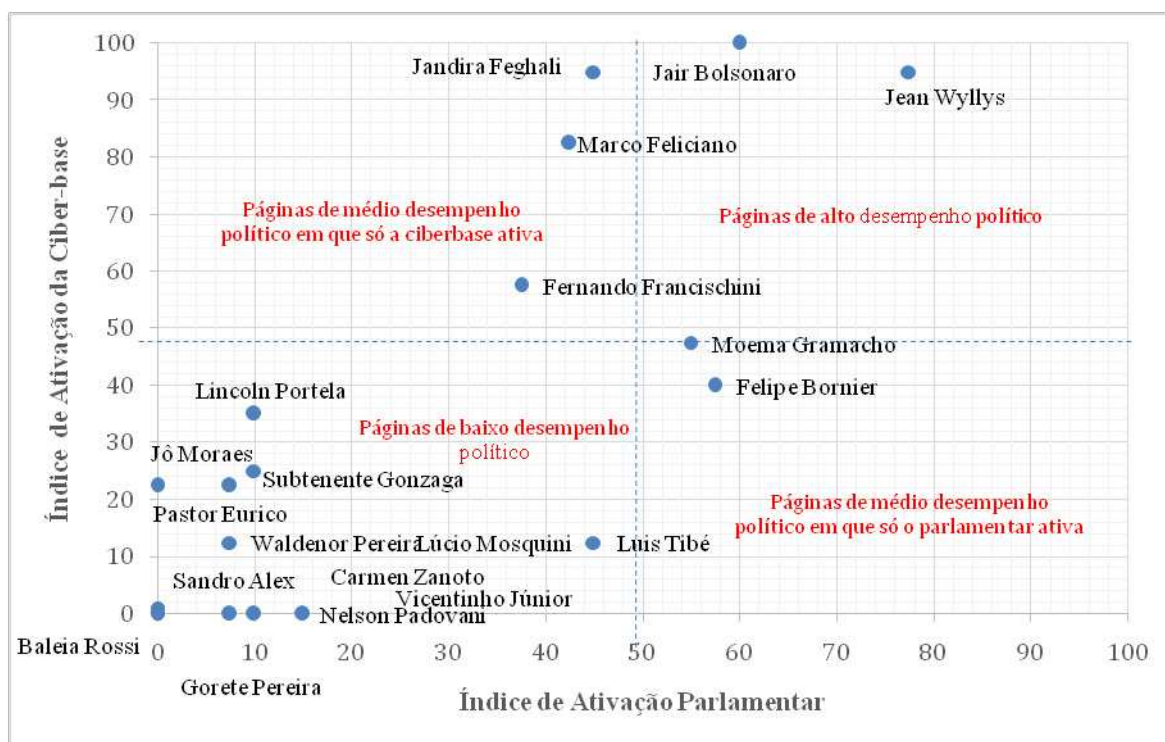
2) *Páginas de médio desempenho político em que só o parlamentar ativa*: são páginas com baixo nível de atuação da ciber-base, mas com grande ativação dos parlamentares. Dois deputados aparecem nesse quadrante: Felipe Bornier e Moema Gramacho. Os parlamentares parecem ativar suas redes sociais, seja com postagens e/ou com respostas aos comentários da ciber-base, mas ainda não há uma interação eficiente com a ciber-base.

3) *Páginas de médio desempenho político em que só a ciber-base ativa*: esses perfis estão localizados no primeiro quadrante, onde foi identificado um alto nível de ativação da ciber-base e baixo nível de ativação parlamentar. Nesse primeiro quadrante identificamos três perfis: Jandira Feghali, Marco Feliciano e Fernando Francischini.

4) *Páginas de baixo desempenho político*: as páginas que possuem baixa atuação, tanto pela ativação da ciber-base quanto pela ativação parlamentar. Nota-se que grande parte da amostra está posicionada nesse quadrante.

⁶ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/em-9-meses-numero-de-seguidores-de-bolsonaro-cresceu-mais-de-90/>
Acesso em: 20 set. 2018.

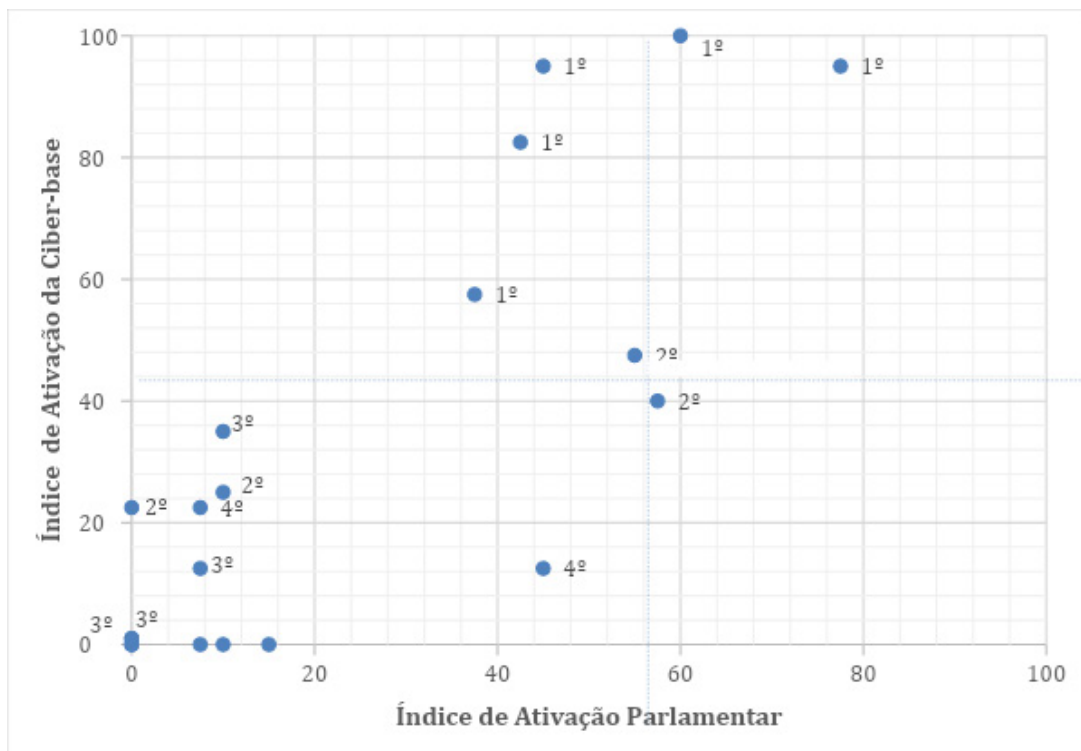
Gráfico 1 - Padrão de Atuação dos parlamentares em páginas do Facebook



Fonte: Elaboração própria.

Olhando para a distribuição por quadrantes e acentuando a atuação dos deputados com mais seguidores em relação aos quartis de curtidas que pertencem — 1º, 2º, 3º e 4º —, pode-se perceber que aqueles deputados com mais seguidores têm em comum uma alta pontuação no “Índice de Ativação da Ciber-base”, mas não têm, necessariamente, uma boa localização no que diz respeito ao “Índice de Ativação Parlamentar” (Gráfico 2).

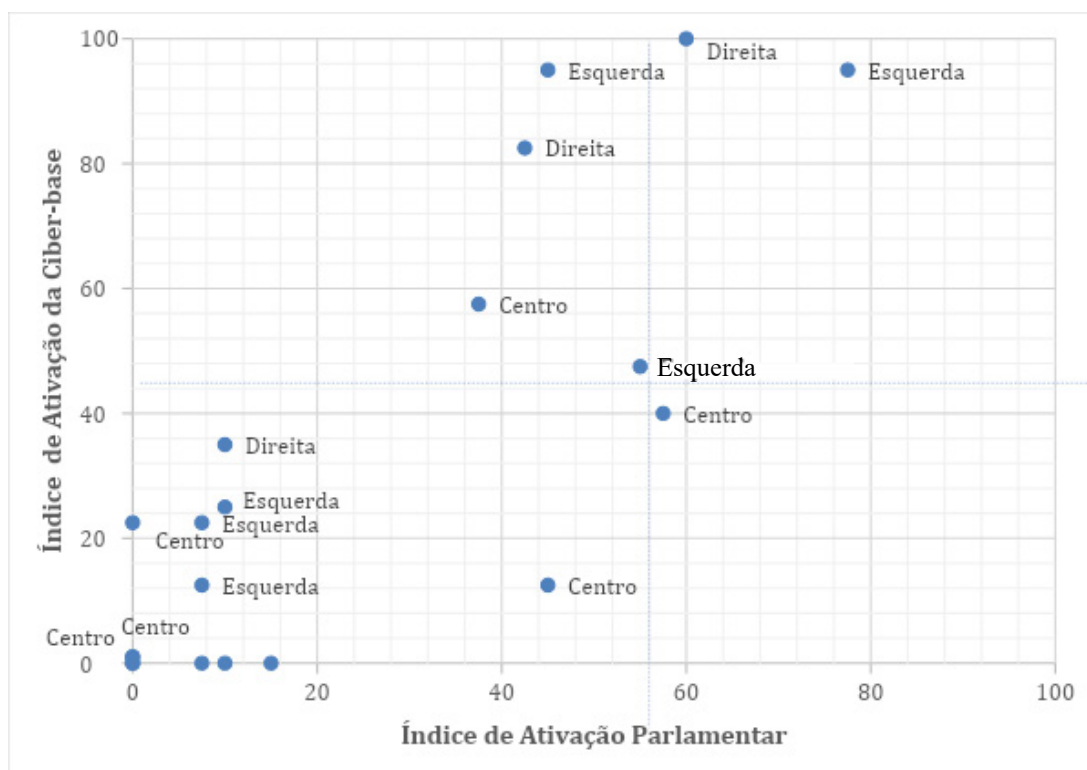
Gráfico 2 - Padrão de Atuação dos parlamentares em páginas do Facebook de acordo com seus grupos de quartis de curtida



Fonte: Elaboração própria.

Há, ainda, outros elementos que podemos explorar da interação entre esses dois índices. Se apresentarmos o gráfico de dispersão de acordo com espectro ideológico dos parlamentares (Gráfico 3), verificamos que, no quadrante de alto desempenho político, os dois parlamentares são de espectros ideológicos distintos: direita e esquerda (Jair Bolsonaro e Jean Wyllys, respectivamente). Esse elemento é interessante porque reforça a ideia de forte polarização política da sociedade brasileira atual, uma vez que eles conseguem mobilizar melhor as orientações normativas da sociedade (e seus polos) presentes na esfera pública. Já a maior parte de deputados de centro se concentrou no quadrante de baixo desempenho político. No quadrante onde a ciber-base ativa é maior, aparecem deputados de centro, esquerda e direita. No quadrante onde “só o parlamentar ativa” os deputados são de esquerda e centro.

Gráfico 3 - Gráfico de dispersão por classificação do espectro ideológico

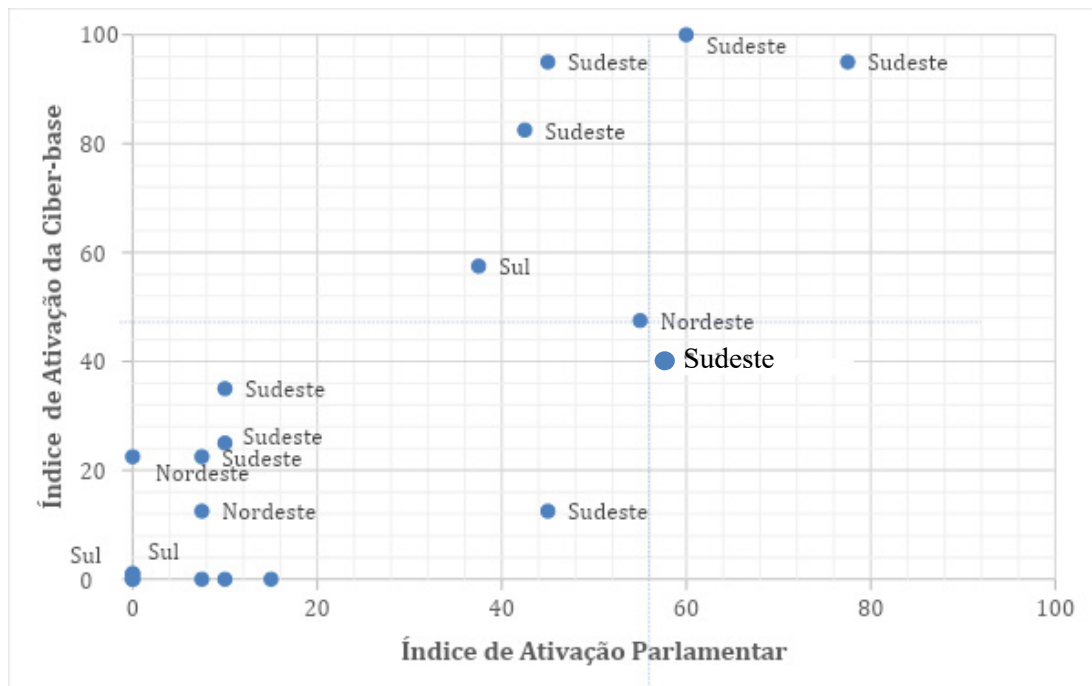


Fonte: Elaboração própria.

Outro aspecto interessante diz respeito à região dos deputados que compõem esse índice (Gráfico 4). Nele, é possível identificar uma predominância de deputados do Sudeste nos padrões de *alto desempenho político* e de *médio desempenho político* (Jair Bolsonaro e Jean Wyllys). A Região Sudeste apresenta maiores índices de acesso à internet e, provavelmente, deve ter um número maior de usuários que contribuem para ativar a ciber-base⁷. Como foi dito anteriormente, os deputados que estão nesses quadrantes são conhecidos nacionalmente e esse reconhecimento pode estar relacionado ao fato de eles representarem a Região Centro-Sul do país.

7 De acordo com a pesquisa TIC Domicílios de 2017, organizada pela Cetic.br - Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Informação, a Região Sudeste é a que possui maior índice de conectividade. No total, 92% dos domicílios dessa região possui acesso à internet, seja por meio de banda larga fixa (68%), ou por meio de conexão móvel via modem ou chip 3G ou 4G (24%). Em segundo lugar, aparecem a Região Sul e Centro-Oeste, com a proporção de 88% dos domicílios (https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf)

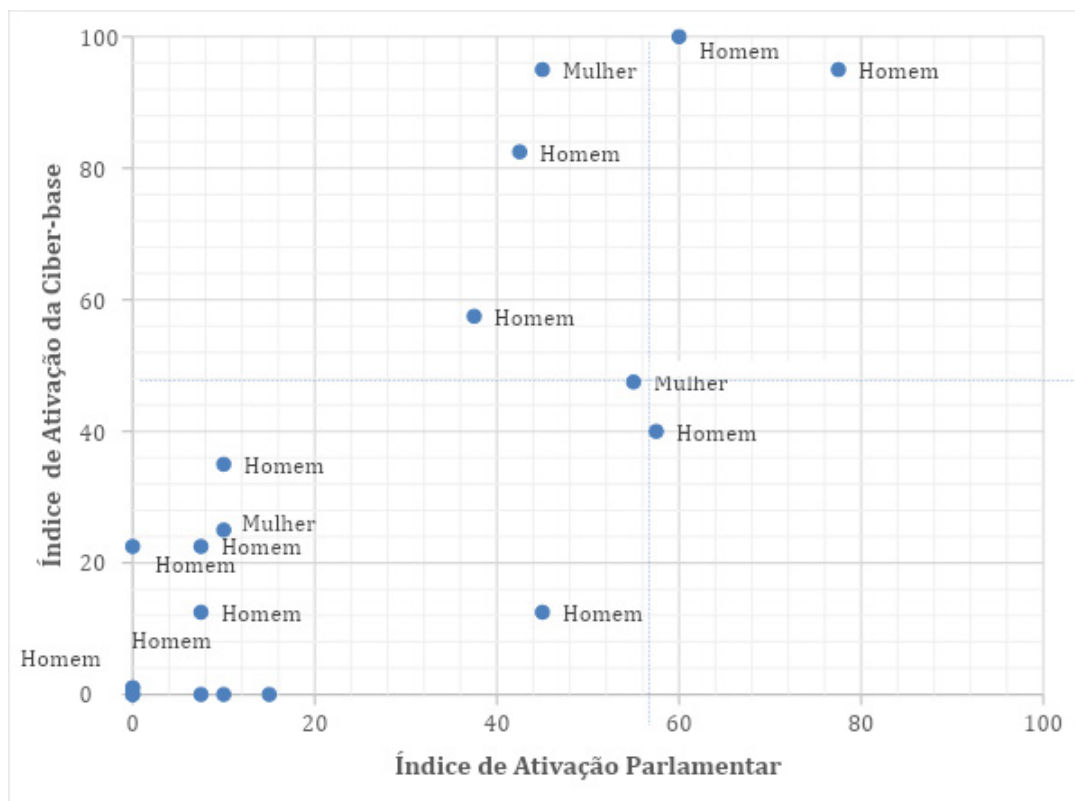
Gráfico 4 - Gráfico de dispersão por região geográfica



Fonte: Elaboração própria.

Ainda no que diz respeito ao sexo dos parlamentares, percebe-se que duas das cinco mulheres que compõem a amostra estão posicionadas nos quadrantes de alto desempenho e de ativação do parlamentar (Gráfico 5). As outras deputadas da amostra encontram-se no quadrante de baixo desempenho político.

Gráfico 5 - Gráfico de dispersão por sexo



Fonte: Elaboração própria.

Esses quatro tipos da forma de apropriação e utilização do Facebook pelos parlamentares junto à ciber-base permitem compreender os custos e os benefícios envolvidos na relação representante e representado, nos atentando para olhar para cada um dos atores envolvidos. Em *páginas de alto desempenho político*, representadas neste estudo pelos deputados Jean Wyllys e Jair Bolsonaro, observou-se tanto parlamentares quanto cidadãos interconectados mais fortemente entre si, o que poderia desenvolver mais proximidade e aportes informacionais para o mandato quanto para o fomento da esfera pública.

Os deputados situados no tipo em que *somente a ciber-base é ativa* possuiriam menores custos de ação política e de coordenação para desenvolver a inter-relação com a sua ciber-base, dado que isso demandaria muito esforço, tempo, e infraestrutura para

lidar com o alto número de comentários feitos pelos cidadãos nas suas páginas. Além disso, esses deputados poderiam concentrar suas ações e da sua equipe para outras esferas, uma vez que suas páginas já são fortes na mídia social devido à ação da sua própria ciber-base que a desenvolve e estimula. Ressalta-se, também, que esses deputados são figuras de liderança nacional, o que faz com que eles já possuam uma identidade política associada a eles. Porém, ao mesmo tempo, tais parlamentares podem perder recursos estratégicos e informacionais que podem advir das suas páginas ou, ao mesmo tempo, correr o risco de passar a impressão que representados falam somente com eles mesmos e que os deputados não os ouvem.

O outro enquadramento em que *somente o parlamentar ativa* significa um maior esforço por parte do deputado para que os cidadãos se engajem em suas redes sociais, mas que ainda não atingiu o objetivo pretendido. Os dois legisladores situados nesse espectro, Felipe Bornier e Moema Gramacho, procuram ativar suas redes sociais seja com postagens e/ou com respostas aos comentários da ciber-base, mas a interação entre essa ciber-base ainda está aquém do que poderia ser. A questão que fica é se futuramente essa estratégia de procurar se apropriar Facebook poderá levá-los ao quadrante do alto desempenho, desde que combinada com outras agendas políticas de visibilidade.

Já o padrão denominado como *baixo desempenho político*, o majoritário nesse estudo, demonstra que a forma como o Facebook é utilizado para desenvolver a inter-relação entre representante e representado é algo ainda incipiente. Tanto o deputado não faz uso recorrente dessa mídia, quanto os cidadãos não a procuram para estabelecer conexões com o parlamentar, o que pode limitar as maneiras de o cidadão se fazer representado (reivindicar a representação) e, ao mesmo tempo, restringir a representação do parlamentar de certos *issues* e demandas na esfera política.

Por fim, deve-se ressaltar que o recurso menos utilizado pelos parlamentares no Facebook é a resposta, seja ela protocolar ou de *feedback* junto à sua ciber-base. Dos 20 deputados, apenas

25% deles responderam de forma protocolar pelo menos 21 vezes nessa mídia na semana aqui analisada. Como vimos, esse tipo de resposta estabelece uma relação mais unilateral e não fomenta discussões nesse espaço. Esse tipo de comunicação se fecha e termina naquele momento.

Já na resposta de *feedback*, aquela que busca maior proximidade entre representante e representado, apenas três parlamentares a fizeram pelo menos 4 (quatro) vezes no intervalo de uma semana, ou seja, estão acima da média. Pouco mais da metade (11 deputados) sequer respondeu dessa forma nesse período. Em outras palavras, esse tipo de resposta é a que desenvolve uma relação mais bilateral e dialógica entre representantes e representados, e potencializa uma *accountability* do tipo discursiva (DRYZEK, NIEMEYER, 2008) e a prestação de contas, propiciando aos parlamentares a possibilidade de consultarem e se informarem mais sobre a vontade dos eleitores.

Essencialmente, o formato da participação pela internet se caracteriza pela dinamicidade, por dar e receber respostas instantâneas. Todavia, o deputado não consegue acompanhar essa dinamicidade que envolve todos os assuntos legislativos que estão relacionados à sua atuação. Assim, se torna uma tarefa árdua dar respostas rápidas e prontas, que vão além daquela do tipo protocolar, pois, mudar alguma legislação ou propor algum projeto de lei demanda tempo e maturação analítica, ainda mais em uma instituição de caráter coletivo e conflituoso como o parlamento (LESTON-BANDEIRA, 2007), que depende de discussão e negociação sobre as matérias legislativas com seus pares ou com outros poderes envolvidos. Todo esse processo é algo que não combina com o ritmo instantâneo das mídias sociais.

Deve-se ressaltar um caso peculiar nesse estudo: o caso de Jair Bolsonaro. Esse parlamentar é o único que atingiu pontuação máxima no índice de ativação da ciber-base, o que quer dizer que os cidadãos que o seguem ativam muito a sua página no Facebook. Isso reforça o que foi dito anteriormente, de que o deputado tem uma grande militância on-line. Todavia, se considerarmos propor-

cionalmente o número de comentários feitos por ele, o deputado e a sua equipe respondem relativamente pouco. Portanto, a sua apropriação no Facebook depende mais da sua ciber-base para impulsionar e fomentar a sua página.

A questão é que cada deputado utiliza as mídias sociais e estabelece inter-relações com a ciber-base com base em preceitos estratégicos para o seu mandato. E esse processo envolve custos operacionais, de infraestrutura, além dos objetivos e papéis representativos que os deputados focam mais. Dessa forma, concordamos com os estudos de Karlson (2013), em que a conexão e interatividade comunicacional se relacionam com as estratégias e comportamentos dos representantes com vista a atingir as suas finalidades de representação política.

Entretanto, não podemos cair no equívoco de que somente a variável vontade política explicaria os padrões de comportamento dos deputados nas mídias sociais. A dinâmica da internet é distinta daquela que incide nas instituições democráticas formais, e há questões de cultura política, de visibilidade, controle e custos de transação que também estão envolvidos nesse contexto (FOUNTAIN, 2005; MENDONÇA, PEREIRA, 2016).

Considerações Finais

Por meio das análises do “Índice de Ativação Parlamentar” e do “Índice de Ativação da Ciber-base”, a principal conclusão desta pesquisa é que existem, pelo menos, quatro tipos de interação de parlamentares e sua ciber-base/eleitores em suas páginas do Facebook. São elas: 1) *páginas de alto desempenho político*; 2) *páginas de médio desempenho político em que só o parlamentar ativa*; 3) *páginas de médio desempenho político em que só a ciber-base ativa* e 4) *páginas de baixo desempenho político*. Essa tipologia traz importantes elementos para entender a recente interlocução possibilitada pelos usos de mídias sociais entre representantes e re-

presentados. Além disso, ela avança ao tentar mapear de que forma esses atores políticos têm utilizado esses espaços e pode nos trazer elementos sobre como tem se dado o processo relacional entre legislador e representados em sociedades contemporâneas. Portanto, esse estudo lança luz a reflexões sobre o processo dual na relação entre parlamentar e representado no que diz respeito à interlocução propiciada pelas mídias sociais e marcada por diferentes formas e objetivos.

O presente artigo tem um caráter fortemente metodológico e empírico, procurando mostrar cada passo feito para a elaboração dos índices e a análise aqui empreendida. A metodologia desenvolvida poderia ser replicada para investigar as formas de uso que os parlamentares fazem do Facebook, bem como a interconexão com a ciber-base para contextos estaduais e municipais ou, no caso dos senadores, para examinar se haveria diferenças devido às mudanças institucionais e estruturais, comparando com o caso dos deputados federais aqui examinado. Ademais, o modelo proposto também poderia ser replicado para o contexto do executivo. Todavia, algumas modificações deveriam ser feitas: 1) poderia se pensar na codificação dos temas das postagens feitas (agenda e políticas públicas); 2) uso de recursos utilizados (vídeos, *memes*, *gifs*, *hashtag*, *links*); dentre outras. Pois, o executivo, diferentemente do legislativo, já tem uma voz e posição mais definida acerca dos projetos políticos, e assim, postagens de cunho mais personalistas e não políticas tenderiam a ser menos frequentes, mesmo na página pessoal do governante. Assim, se esperaria um número maior de *posts* no sentido da implantação e execução de obras e serviços públicos.

Enfim, novas agendas de pesquisa podem ser exploradas utilizando esses dois índices relacionados ao aspecto do sistema legislativo-partidário. Uma delas é pensar se em países cujo sistema é parlamentarista, ou cujo sistema eleitoral é lista fechada, a ativação por parte dos deputados se daria em torno de postagens relacionadas a posicionamentos do partido e menos em torno de agendas pessoais, e até mesmo se haveria uma replicação das

postagens no Facebook entre membros do mesmo *political party*. Ou então se em modelos distritais se teria maior propensão a interconexão entre os cidadãos e os parlamentares nas mídias sociais, e como se daria essa ativação para a interconexão.

Nesse sentido, poderia confirmar se o modelo de representação partidária⁸ ainda seria o mais forte no contexto atual, como evidenciado por Norton (2007), ao analisar os portais dos deputados da *House Of Commons*. Nesse estudo, o autor demonstra que os parlamentares utilizam seus sites oficiais para se promover individualmente; promover a visão do deputado sobre assuntos dos constituintes; e para promover o partido, com conteúdos como o link para o site do partido, documentos oficiais sobre ele, e convite para filiação nos próprios sites dos deputados. Todavia, o próprio autor afirmava, naquela época, que não se poderia desconsiderar o modelo representativo no que diz respeito à apropriação que os parlamentares fazem das TICs, procurando se mostrar mais independente ao partido, disseminando as suas visões particulares e como forma de mobilizar apoio a elas. O ponto é buscar compreender se esse modelo se fortaleceu com o advento das mídias sociais, como o Facebook, e de que forma isso aconteceu.

Outra agenda de pesquisa está relacionada à análise sobre como se dá a inter-relação entre os partidos políticos brasileiros com os cidadãos. Devido ao contexto de um sistema de lista aberta, o que favorece a predominância da figura personalista do parlamentar, como se dariam os padrões de interação entre o partido com a ciber-base. Mesmo os partidos majoritários, como o PT, PSDB e MDB teriam suas páginas ativadas pela ciber-base? Ou haveria diferenças nos padrões de apropriação e utilização do Facebook entre tais instituições, de acordo com a base partidária, seu histórico e sua forma de atuação? Essas são questões a serem exploradas em uma próxima oportunidade.

⁸ No total os modelos analisados pelo autor são: tradicional, o partidário, o representativo e a tribuna.

Referências

ALMEIDA, Helga do Nascimento de. **Representantes, representados e mídias sociais**: mapeando o mecanismo de agendamento informacional. 2017. 396f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

AMARAL, Marcelo Santos; PINHO, José Antônio de.; OLIVEIRA, Lucas Santos de; AGUIAR, Israel dos Santos. O Congresso nas Redes Sociais: uso do Twitter por parlamentares brasileiros. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n. 20, p. 47-76, 2015.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, María Alejandra. O que a internet agrega as eleições? Um balanço inicial do uso da internet pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado federal nas eleições brasileiras de outubro de 2010. *In*: Congresso Latino Americano da World Association for Public Opinion Research (WAPOR), IV, 2011, Belo Horizonte. Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: interações e desafios. **Anais do Congresso**, 2011, p. 1-28.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio; RODRIGUES, Miriane. (2014) As novas tecnologias estão aumentando a qualidade do trabalho dos representantes? Um estudo do uso da internet pelos deputados estaduais da 17ª legislatura e seus gabinetes. *In*: 38º Encontro da Anpocs, 2014, Caxambu. **Anais do 38º Encontro Nacional da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2014.

BENGTSSON, Bo; HERTTING, Nils. Generalization by mechanism: Thin rationality and ideal-type analysis in case study research. **Philosophy of the social sciences**, EUA, v. 44, n. 6, p. 707-732, 2014.

BENTIVEGNA, Sara. Tra conformismo e attivismo comunicativo: i parlamentariarrivanosu Facebook. *In*: BENTIVEGNA, Sara (Org.).

Parlamento 2.0: Strategie Di Comunicazione Politica in internet.
Franco Angeli, Milano, 2012.

BIMBER, Bruce. **Information and American democracy:**
Technology in the evolution of political power. Cambridge,
Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Mônica Mata Machado; ANASTASIA, Fátima; NUNES,
Felipe. Determinantes do comportamento particularista de leg-
isladores estaduais brasileiros. **Dados - Revista de Ciências
Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2009.

CÂMARA, Rafael. **A preponderância legislativa do executivo no
presidencialismo de coalizão.** Belo Horizonte, 2016. 173f. Tese
(Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Minas Gerais, 2016.

COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation:
reconceptualizing representation in the digital age. **New Media
and Society**, EUA, v. 7, n. 2, p.177-198, 2005.

COLEMAN, Stephen; BLUMLER, Jay G. **The Internet and
Democratic Citizenship:** Theory, Practice and Policy. New York,
Cambridge University Press, 2009.

DRYZEK, John; NIEMEYER, Simon. Discursive Representation.
American Political Science Review, EUA, v. 102, n. 4, p. 481-493,
2008.

FREITAS, Christiana Soares de. Mecanismos de Dominação sim-
bólica nas Redes de Participação – Política Digital. In: SILVA,
Silvado Pereira. da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael
Cardoso (Orgs). **Democracia Digital, Comunicação Política e
Redes:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro, Folio Digital, 2016.

FOUNTAIN, Jane. E. Central Issues in the Political Development
of the Virtual State. In: CASTELLS, Manuel.; CARDOSO, Gustavo
(Orgs). **The Network Society:** From Knowledge to Policy.
Washington, DC, Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations,
2005.

FUNG, Archon. Survey Article: Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences. **The Journal of Political Philosophy**, EUA, v. 11, n. 3, p. 338-367, 2003.

GRIFFITH, Jeffrey; LESTON-BANDEIRA, Cristina. How are parliaments using new media to engage with citizens? **The Journal of Legislative Studies**, EUA, v. 18, n. 3-4, p. 496-513, 2012.

HANSEN, Jaqueline; FERREIRA, Maria Alice Silveira. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 5-20, 2018.

KARLSSON, Martin. Representation as Interactive Communication. *Information, Communication & Society*, EUA, v. 16, n.8, p. 1201-1222, 2013.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. The impact of the internet on parliament: a legislative studies framework. **Parliamentary affairs**, EUA, v. 60, n. 4, p. 655-674, 2007.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. Why Symbolic Representation frames public engagement. **The British Journal of Politics and International Relations**, EUA, v. 18, n. 2, p. 498-516, 2016.

LILIKER, Darren; KOC-MICHALSKA, Karolina et al. Informing, engaging, mobilizing or interacting: Searching for a European model of web campaigning. **European Journal of Communication**, EUA, v. 26, n. 2, p. 195-213, 2011.

MANSBRIDGE, Jane. Rethinking Representation. **American Political Science Review**, EUA, v. 97, n. 4, p. 515-528, 2003.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jackson Alves de.; MIOLA, EDNA. Parlamentares, representação política, e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 20, n. 2, p.178-203, 2014.

MELO, Carlos Ranulfo. Partidos e migração partidária na câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 1-21, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 57-71, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino.; PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Dilemas de apropriação das TICs pela ALMG: uma análise sobre a percepção dos gestores. *In*: SILVA, Silvado. Pereira. da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (Orgs). **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, Folio Digital, 2016.

NORRIS, Pippa. Introduction: The Growth of Critical Citizens? *In*: NORRIS, Pippa. (Org.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. New York, Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. **Digital Divide: civic engagement, information poverty and the internet worldwide**. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

NORTON, Philip. Four models of political representation: British MPs and the use of ICT. **The Journal of Legislative Studies**, EUA, v. 13. n. 3, p. 354-369, 2007.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. *In*: COMPOLÍTICA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 4, 2011, Rio de Janeiro. IV Compolítica. **Anais do Congresso**, Rio de Janeiro, 2011, p. 1-26.

PEREIRA, Marcus Abílio; SANTOS; Manoel Leonardo dos; ALMEIDA, Helga do Nascimento de. Representação Política e Internet - uso das TICs por membros do parlamento brasileiro. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 27, n. 1, p. 83-104, 2018.

PEREIRA, Marcus Abílio; SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. Os deputados estaduais e a apropriação da internet. *In*: SANTOS,

Manoel Leonardo; ANASTASIA; Fátima (Orgs.). **Política e Desenvolvimento Institucional no Legislativo de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2016.

PLOTKE, David. Representation is Democracy. **Constellations – An International Journal of Critical and Democratic Theory**, EUA, v. 4, n. 1, p. 19-34, 1997.

RUCINSKI, Dianne. The centrality of reciprocity to communication and democracy. **Critical Studies in Mass Communication**, EUA, v. 8, n. 2, p. 184-194, 1991.

SMITH, Graham. **Democratic Innovations: designing institutions for citizens**. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

STROMER-GALLEY, Jennifer. Interação on-line e porque os candidatos a evitam. *In*: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camilo (Orgs.). **Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil**. EDUFBA, Coleção E-livro, Salvador, 2013.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.